

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Em retomada, setor de petróleo volta a contratar.....	2
Título: Exame bate recorde negativo de ausências	5
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Três anos após Mariana, apuração do governo de MG fica sem conclusão.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: » Aproxima.....	8
Título: Durante transição, Onix vira ministro extraordinário.....	9
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Fazenda dá pareceres contrários à renovação de ferrovias da Vale	10
Título: Movimento se articula para barrar prorrogações	11
Título: PPI sobrevive à transição e vai liderar privatizações	12
Título: Destaques	14
Título: Previsão de lucro de R\$ 11 bi para Petrobras.....	15
Título: Petrobras vai lançar edital para arrendar fábricas até janeiro	16

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/11/2018****Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Em retomada, setor de petróleo volta a contratar**

Mercado aquecido

A retomada do setor de óleo e gás no Brasil já começa a aquecer o mercado de trabalho neste fim de 2018, depois de anos com redução do quadro de funcionários e fechamento de fábricas. Com o preço do petróleo em alta no mercado internacional, acima de US\$ 70, e o calendário de leilões a todo vapor, as empresas do setor já se preparam para a maior demanda de projetos, com a contratação de pessoal e a criação de políticas de retenção de funcionários.

Segundo projeções da Abespetro, que reúne as empresas prestadoras de serviço da cadeia de petróleo, a expectativa é que o total de empregos passe dos 399 mil neste ano para 515 mil no ano que vem, ou seja, 116 mil vagas devem ser criadas. Atualmente, há cinco plataformas em concorrência e, para 2019, há a previsão de pelo menos outras cinco unidades de empresas como Petrobras, Equinor e Shell.

Esse otimismo já foi verificado entre empresas de recrutamento de executivos. A Hays, por exemplo, vê contratação 20% maior no quarto trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, com o maior número de vagas para áreas de geociência e gerenciamento de projetos.

O movimento é liderado por petroleiras que arremataram campos ao longo deste ano nos leilões. Para 2019, diz a consultoria, o movimento tende a crescer 30% e ganhar força para diversas áreas da cadeia de óleo e gás.

VENCEDORAS DE LEILÕES

O Rio de Janeiro tende a ganhar destaque, dizem especialistas, já que há investimentos para recuperar os campos maduros na Bacia de Campos e a retomada de projetos como o Comperj, o complexo petroquímico de Itaboraí. —Há uma demanda maior das empresas que ganharam os últimos leilões. Muitas não tinham operações no Brasil e já começaram a contratar. Já estamos mapeando profissionais, pois há muita gente parada, outros saíram do país e alguns decidiram empreender —afirma Raphael Falcão, diretor da Hays.

Especialistas e fontes do setor citam uma demanda maior por profissionais em diversas empresas privadas, que saíram vencedoras nos leilões de petróleo realizados este ano, como Exxon, Chevron, Equinor, Wintershall, QPI, CNOOC, Petrogal e Ecopetrol. Movimento semelhante já foi constatado pela Regus, companhia que oferece espaços de trabalho e escritórios prontos em centros comerciais.

No ano, houve aumento de 40% na ocupação e nas solicitações das empresas de petróleo interessadas em abrir unidades no Rio, segundo Renato Amorim, diretor da corporação. —A maior procura é por escritórios em espaços ao redor da Petrobras e da Shell, no Centro do Rio. No Flamengo, houve maior procura para ficar perto da Equinor.

É uma atividade de vizinhança — disse, destacando que ao menos 30 empresas abriram ou ampliaram escritórios no país este ano, como Brasdril, Anadarko, Wintershall, SGS e Sapura Energy, e que a empresa negocia com mais 28 companhias a entrada este ano. A Aker Solutions, uma das maiores fornecedoras de equipamentos e serviços para o setor, já contratou 300 pessoas este ano e planeja aumentar seu quadro de funcionários em mais de 500 posições.

Isso porque a companhia fechou novos contratos envolvendo a manutenção de plataformas nas Bacias de Campos e Santos da Petrobras. Além disso, a companhia vai fornecer um sistema de produção submarina e serviços relacionados para a estatal na primeira fase do Campo de Mero, na área de Libra.

—Estamos numa primeira onda de novos contratos. Projetos que antes estavam represados passaram a ser economicamente viáveis com a alta do preço do petróleo. Há novas operadoras no Brasil e queremos entrar em mercados como o de inspeção, manutenção e gestão inteligente de ativos —afirma Mário Zanini, vice-presidente do segmento de Serviços e Ativos de Produção da Aker Solutions.

As petroleiras também estão em fase de contratações. Ida Christina Killingberg, diretora da área de pessoas e liderança da Equinor, diz que, além das vagas abertas atualmente, a companhia prevê novo ciclo de admissão de trabalhadores capacitados em 2024, quando está prevista a extração do primeiro óleo do bloco de Carcará.

Hoje, a empresa tem 400 funcionários e 34 vagas abertas, além dos planos de recrutamento de mais 16 pessoas para o programa de trainee. — Precisamos de pessoas com habilidades que entendemos serem essenciais no futuro, como digitalização e novas energias —explica.

FÔLEGO PARA PRESTADORAS

A PetroRio, que já contratou 30 pessoas este ano, investiu R\$ 200 milhões no Campo de Polvo, na Bacia de Campos. Segundo Nelson Tanure, diretor executivo da empresa, a companhia estuda fazer nova campanha exploratória no campo, com possibilidade de perfuração de até cinco novos poços, o que deve movimentar a cadeia de fornecedores e gerar empregos.

A maior movimentação do setor deu novo fôlego a prestadoras de serviços. É o caso da Ouro Negro, empresa de tecnologia com 65 funcionários que desenvolve soluções para o setor. Eduardo Costa, diretor executivo da companhia, lembra que o otimismo já se converteu em novos contratos ao longo do ano e na contratação de dez funcionários, número que deve dobrar no próximo ano:

— Temos contratos com operadoras de petróleo, prestando serviços de tecnologia, como sistemas de monitoramentos e robôs para inspeção. Desenvolvemos algoritmos para aplicar em análises preditivas. O setor está otimista. Estamos conversando com várias operadoras atualmente para novos serviços.

A Ocyan, antiga Odebrecht Óleo e Gás, pretende contratar se ganhar uma licitação da Petrobras orçada em US\$ 1,5 bilhão. A companhia está ampliando benefícios para aumentar o comprometimento com a companhia, segundo Roberto Simões, presidente da Ocyan:

—Oferecemos apoio complementar ao pré-natal e pós parto para todas as funcionárias grávidas e mulheres de colaboradores. Criamos horário flexível para quem trabalha em terra, que já teve 70% de adesão. É possível escolher o horário para início e fim do expediente, com uma faixa entre 7h e 9h30m. José Firmo, presidente do IBP, ressalta que o ambiente é positivo.

Para ele, um indicador é o número de sondas de exploração que devem entrar em operação no Brasil já em 2019. O número, diz ele, deve passar das atuais 20 unidades para 25 já no próximo ano: —Isso é reflexo da chegada de novas companhias e do maior apetite da Petrobras. Como o setor de óleo e gás é de longo prazo, há potencial para criar 400 mil empregos até 2022.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/11/2018****Seção: Sociedade****Autor: Letícia Fernandes****Título: Exame bate recorde negativo de ausências**

Número de faltosos no primeiro fim de semana é o menor desde 2009, quando prova foi reformulada. Até agora, 1,3 milhão de estudantes deixaram de comparecer, e falta de energia afetou cerca de 1.300 pessoas

O primeiro dia de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) registrou o menor percentual de ausências desde 2009, quando a prova foi reformulada. Até agora, foram 1,3 milhão de faltosos, um percentual de 24,9%. No ano passado, o Enem registrou pouco mais de 2 milhões de ausências. Em 2009, foram 1,5 milhão de alunos faltosos.

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini creditou o número baixo de ausências a uma campanha de conscientização dos alunos, especialmente por conta do horário de verão. — Fizemos praticamente um assédio a todos os participantes para que não perdessem o horário de prova e que consultassem o cartão de confirmação. Acho que esse foi um fator decisivo — disse a presidente do Inep.

Um balanço feito no primeiro dia de provas do Enem apontou apenas 71 alunos eliminados, sendo 67 por descumprimento de regras do edital, como sair antes da hora permitida. Dois outros casos de eliminação ocorreram por uso de ponto eletrônico. O coordenador geral de Inteligência da Polícia Federal, Dennis Cali, disse que essas duas pessoas foram presas em flagrante, em um local de prova em Montes Claros (MG).

As outras duas eliminações aconteceram por problemas de revista no detector de metal. Em 32 locais houve interrupção do exame por falta de energia elétrica, e em duas localidades a aplicação das provas foi interrompida: em Porto Nacional (TO) e Franca (SP). O ministro da Educação, Rossieli Soares, estima que cerca de 1.300 alunos tenham sido prejudicados por problemas de energia.

Ele informou que os estudantes afetados farão normalmente o segundo dia de prova no próximo domingo, no mesmo horário. E também poderão refazer a primeira prova do Enem nos dias 11 e 12 de dezembro. O custo da prova estimado por aluno foi de R\$ 84,66, maior que o de 2017, que ficou em R\$ 83,76, e menor que o de 2016, de R\$ 90,64. Maria Inês Fini desconversou sobre

rumores de que poderá ser a titular da pasta no próximo governo. —O Enem 2018 é um sucesso absoluto — afirmou, após ouvir a pergunta, abrindo um sorriso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/11/2018

Seção: Cotidiano

Autor: José Marques

Título: Três anos após Mariana, apuração do governo de MG fica sem conclusão

Investigação da responsabilidade dos técnicos do estado sobre rompimento da barragem da Samarco ainda se arrasta

Não é só o processo criminal sobre o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG) que, após três anos da maior tragédia ambiental do Brasil, ainda se arrasta sem decisão.

Investigação interna do governo mineiro sobre eventuais responsabilidades de funcionários públicos ao revalidarem a licença de operação do complexo de barragens da empresa, cujas donas são a Vale e a BHP Billiton, nunca foi concluída —e não tem previsão de encerramento.

Há indícios de que essa renovação foi aprovada sem as exigências necessárias serem cumpridas pela mineradora.

A gestão mineira também abriu uma apuração para tratar de problemas na fiscalização da barragem, que foi arquivada apesar de apontar indícios de “comportamento omissivo” por parte dos responsáveis por esse setor.

Os dois procedimentos, chamados sindicâncias administrativas investigatórias, foram abertos pela CGE (Controladoria-Geral do Estado) pouco após a ruptura, que aconteceu em 5 de novembro de 2015, matou 19 pessoas e deixou um rastro de destruição que chegou ao litoral capixaba.

Elas foram motivadas por questionamentos dos Ministérios Públicos sobre falhas das autoridades em dar licenças e fiscalizar o reservatório.

À época da renovação do licenciamento do complexo onde fica a barragem de Fundão, no fim de 2013, a obra irregular que provocou a ruptura já estava sendo feita.

O governo sabia da construção. Em 2016, a Folha revelou que a intervenção que vinha sendo feita na barragem, um recuo em forma de “S”, foi vistoriada ao menos três vezes antes da tragédia, antes e depois da renovação do licenciamento. Fiscais visitaram o local nas gestões Antonio Anastasia (PSDB), Alberto Pinto Coelho (à época no PP) e Fernando Pimentel (PT).

Além de a licença ter sido renovada, não foram aplicadas punições à Samarco.

A CGE afirma que a sindicância sobre o licenciamento “se encontra em fase de instrução”. “Estão sendo feitas diversas diligências e se trata de um trabalho bastante minucioso, por isso demanda mais tempo. Ainda não há data para conclusão da sindicância.” A investigação está sob sigilo.

Na outra sindicância, arquivada, a corregedoria diz que fiscais e gerentes da Feam (Fundação Estadual do Meio Ambiente, ligada à Secretaria de Meio Ambiente) provavelmente sabiam que havia pendências da Samarco em relação à segurança das suas estruturas, mas não cobraram providências. O órgão pediu que fossem abertos processos administrativos disciplinares contra três pessoas.

Porém, após serem juntados pareceres da Advocacia-Geral do Estado, o governo chegou à conclusão de que a responsabilidade pela fiscalização de segurança é do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), órgão federal.

“Não se afigura possível estabelecer relação direta de causa e efeito entre a possível ação (omissa) da Fundação [Feam] e o rompimento da barragem”, diz a conclusão da sindicância, cujo arquivamento foi determinado pelo corregedor-geral Robson Lucas da Silva. “[Porque] a fiscalização realizada pela Feam não abrange a fiscalização específica quanto à segurança estrutural de barragens.”

O DNPM e a CGU (Controladoria-Geral da União) foram questionados pela reportagem se chegaram a abrir algum procedimento para apurar problemas na fiscalização da barragem de Mariana.

Segundo a CGU, a responsabilidade por esse tipo de apuração é do próprio DNPM. O departamento não se manifestou, mas em 2016 disse que considerava a Feam como responsável pela fiscalização.

A Samarco diz em nota que “reitera que sempre cumpriu toda a legislação relativa ao licenciamento ambiental e à operação de barragens. A empresa reforça que todas as suas barragens possuíam Licenças de Operação concedidas pelos órgãos competentes”.

Além de um acordo civil entre governos, Promotoria e mineradoras, há uma ação penal em que a cúpula da Samarco, além de membros da Vale e BHP respondem por homicídio com dolo eventual (quando se assume o risco de matar) e crime ambiental.

As mineradoras também são acusadas de crimes ambientais. Todos negam ter cometido qualquer irregularidade.

A ação penal corre em vara federal de Ponte Nova (MG). Os réus têm sido interrogados.-

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Camila Turtelli, Clarice Couto e Gustavo Porto

Título: » Aproxima.

Coluna do broadcastagro

O diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério das Minas e energia, Miguel Ivan Lacerda de Oliveira, conversou com o embaixador britânico no Brasil, Vijay Rangarajan, e ouviu que a representação diplomática pretende marcar reunião com as gigantes petroleiras BP e Shell para discutir o Renovabio, a nova política brasileira para biocombustíveis. As duas companhias já produzem etanol no País: a BP tem usinas em Goiás e Minas Gerais e a Shell é sócia da Cosan na Raízen, a maior do setor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 05/11/2018****Seção: Política****Autor: Mariana Haubert / BRASÍLIA****Título: Durante transição, Onix vira ministro extraordinário**

Deputado vai comandar a troca de informações entre o atual governo e os 22 técnicos escolhidos pelo presidente eleito

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) vai ser nomeado hoje ministro extraordinário. O ato o tornará oficialmente o responsável pela coordenação do processo de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL). Braço direito do futuro mandatário, Lorenzoni, que será o ministro da Casa Civil do novo governo, vai comandar uma equipe de 22 técnicos, sendo oito militares, responsáveis pela coleta de dados e informações da atual gestão.

Com a nomeação, Lorenzoni vai se licenciar da Câmara dos Deputados e o suplente da coligação, Washington Stecanela Cerqueira, do PDT do Rio Grande do Sul, assumirá o mandato. Ele é ex-jogador de futebol e atualmente é dirigente do clube Itabaiana, de Sergipe. O grupo de transição vai trabalhar com funcionários do presidente Michel Temer, designados para este período, no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília.

O local já sediou outras transições em gestões anteriores. O espaço fica a cerca de quatro quilômetros do Palácio do Planalto e a oito do Congresso Nacional e da Esplanada dos Ministérios. O atual ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, é o principal responsável por colaborar com as informações transmitidas à comissão de Bolsonaro. A ele, somam-se o ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Sérgio Etchegoyen, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**.

Nas últimas semanas, dados sobre o governo foram coletados de cada ministério e compilou em um sistema informatizado e unificado que será apresentado a equipe liderada por Onix. Site. O PSL criou um site para informar sobre as decisões oficiais que serão tomadas pelo presidente eleito durante o governo de transição. O anúncio foi feito na página do partido no Twitter. Intitulado "Muda de Verdade", o portal está no ar, mas ainda não tem publicações. O partido também lançou a hashtag #MudaDeVerdadeBrasil para perguntar aos internautas o que eles esperam do governo de Bolsonaro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/11/2018****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner e Daniel Rittner | De Brasília****Título: Fazenda dá pareceres contrários à renovação de ferrovias da Vale**

Dois pareceres inéditos da Secretaria de Promoção e Defesa da Concorrência (Seprac) do Ministério da Fazenda defendem que não sejam feitas as renovações antecipadas dos contratos de concessão de duas ferrovias operadas pela mineradora Vale: a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM).

O principal argumento contra a medida é que o volume de investimentos adicionais previstos na prorrogação das concessões não justificaria o uso dessa excepcionalidade. De acordo com os pareceres, o melhor é caminhar para que essas ferrovias sejam relicitadas quando os atuais contratos vencerem, em 2026 e 2027.

A renovação das concessões é uma das apostas do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para destravar a ampliação da malha brasileira. Em troca da extensão contratual por 30 anos, o governo exige que a Vale construa e entregue à União um trecho de 383 quilômetros da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), entre Goiás e Mato Grosso. O processo está em audiência pública aberta pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Para a secretaria da Fazenda, os parâmetros usados na proposta de prorrogação favoreceriam a Vale, em detrimento da União. O subsecretário de promoção da produtividade, concorrência e inovação, Ângelo Duarte, explicou ao **Valor** que as tarifas de referência utilizadas nos dois casos estão muito abaixo do que seria o preço de mercado, distorcendo o valor de amortização do investimento que já foi realizado pela mineradora nas duas ferrovias.

Outro parâmetro contestado pela Seprac é a taxa de desconto (juro de referência), que os técnicos consideram defasada, pois foi calculada em 2015 - quando os juros eram mais altos e o ambiente econômico estava deteriorado.

No caso de Carajás, por exemplo, as contas apresentadas na audiência pública apontariam um valor atual de amortização de R\$ 18,7 bilhões, que cai ao longo do tempo mas no fim da concessão atual, em 2027, ainda seria favorável à empresa, ou seja, a União deveria pagar pelos investimentos feitos. Mesmo com a renovação por 30 anos, pelos parâmetros da consulta pública, ainda restariam cerca de R\$ 2 bilhões a pagar pela União - a secretaria discorda.

Duarte explicou que, no caso de Carajás, o argumento central para usar a prerrogativa de renovação antecipada, a realização de investimentos, não se aplica. Isso porque esses já ocorreram e não há necessidade de aportes vultosos nessa direção. A visão da secretaria é que o programa de investimentos de R\$ 11,4 bilhões apresentado para o período do novo contrato ocorreria de qualquer jeito, pois em sua maior parte refere-se a gastos com manutenção e conservação. Apenas R\$ 243 milhões poderiam ser considerados efetivamente decorrentes da prorrogação. "Esse volume não justifica renovação", disse.

No caso da Vitória-Minas, a oposição da Seprac vai na mesma linha, incluindo os parâmetros econômico-financeiros utilizados e à questão de que investimentos já teriam sido efetuados. Nesse caso, contudo, a União teria direito a receber pelo menos R\$ 3,1 bilhões relativos aos investimentos já amortizados, valor que pode ser maior devido aos parâmetros usados.

Os técnicos contestam a sugestão de que o pagamento da Vale à União seja feito por meio de um investimento cruzado de R\$ 3,1 bilhões na Fico. Para eles, seria melhor deixar que a Vale, ao fim da concessão, indenize o governo e que os recursos sejam direcionados pelo governo para subsidiar os investimentos de quem vencer uma futura licitação da Fico.

O principal argumento é que, como a Vale não vai operar essa ferrovia, os riscos são de uma obra mal feita, e que não atraia interesse de operadores, temerosos da necessidade de fazer gastos novos. "É um incentivo ruim", disse Duarte.

Os pareceres da Seprac não têm poder de barrar a renovação antecipada, mas há um peso político. São os primeiros documentos do próprio governo contrários à prorrogação. A decisão de levar adiante as extensões contratuais, com esse modelo, foi tomada pelo conselho de ministros do PPI em julho. Depois que a ANTT concluir a audiência, o processo segue para análise do Tribunal de Contas da União.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Fabio Graner | De Brasília

Título: Movimento se articula para barrar prorrogações

Um grupo de especialistas reunidos no movimento Mais Ferrovias entregará ao presidente eleito Jair Bolsonaro um manifesto pedindo o congelamento dos processos de renovação antecipada das concessões de ferrovias.

"Em vez de prorrogações, entende-se como necessária a abertura de licitações para empresas nacionais e estrangeiras, o que incentivará a expansão das ferrovias no país a partir de grandes projetos e do compartilhamento de novas tecnologias para o setor", diz José Manoel Ferreira Gonçalves, presidente da Ferrofronte, entidade que defende os usuários dos serviços de transporte ferroviário.

Uma das bandeiras do movimento é a garantia de interoperabilidade entre concessões, ou seja, a livre circulação dos trens em toda a malha férrea. O direito de passagem, como essa garantia é chamada no jargão do mercado, nunca foi plenamente resolvido.

O grupo inclui especialistas como o ex-presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) Bernardo Figueiredo, o consultor em logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Luiz Fayet, o ex-presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) Frederico Bussinger e o presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transportes de Carga (Anut), Luis Henrique Teixeira Baldez.

Eles já assinaram uma carta ao atual ministro dos Transportes, Valter Casimiro, com o mesmo pedido de suspensão do processo. Se a renovação for adiante, argumentam que as atuais restrições vão permanecer por 40 anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: PPI sobrevive à transição e vai liderar privatizações

Tido pelo economista Paulo Guedes e seus auxiliares como um núcleo de excelência na administração federal, a secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) deverá sobreviver incólume na transição para o novo governo. O plano registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo então candidato Jair Bolsonaro colocava o PPI no superministério da Economia. Segundo interlocutores de Guedes e do chamado "grupo Brasília", onde se concentram os militares próximos a Bolsonaro, esse desenho foi revisto e está tomada a decisão de manter o programa de concessões e privatizações no Palácio do Planalto - vinculado diretamente à Presidência da República.

Eles teriam concordado com o argumento de que o PPI precisa de autonomia institucional para fazer a articulação com outros ministérios, órgãos de

licenciamento ambiental, Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público Federal (MPF), investidores e analistas de mercado.

Debaixo de uma pasta específica, avalia-se que esse papel de "resolvedor de problemas" ficaria muito difuso, concorrendo com uma infinidade de outros assuntos na agenda, por exemplo, do ministro da Economia ou da Casa Civil.

Os dois homens fortes do PPI - Adalberto Vasconcelos e Tarcísio Freitas - têm grandes chances de continuar. A equipe de Bolsonaro avalia positivamente o trabalho dos dois e gostaria de preservá-los. Se convidados, o **Valor** apurou que devem aceitar.

Ambos têm o respaldo do mercado e perfis que agradam ao novo governo. Servidor de carreira do TCU e "emprestado" ao Planalto desde 2016, Vasconcelos foi coordenador-geral de infraestrutura do tribunal. Ele trabalhou por mais de dez anos com a esposa do general Oswaldo Ferreira, próximo de Bolsonaro e cotado para assumir o Ministério dos Transportes, com quem fazia auditorias no órgão de controle.

Freitas, primeiro da turma no Instituto de Militar de Engenharia, liderou a equipe técnica de engenheiros na missão da ONU no Haiti liderada pelo Brasil. Tornou-se número 2 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em meio à "faxina" conduzida pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2011, quando um escândalo de corrupção estourou na autarquia. Hoje é consultor legislativo licenciado da Câmara.

A equipe conta com 32 técnicos - a maioria com mestrado e doutorado - provenientes de órgãos como o BNDES, Ministério do Planejamento e Caixa. Um dos secretários, Marco Aurélio de Barcelos Silva, foi consultor da FGV Projetos e diretor da unidade de PPPs de Minas Gerais (uma das mais prestigiosas do país).

A chefia do PPI, porém, pode ficar com o general Hamilton Mourão. O vice-presidente eleito já declarou ter interesse em assumir o programa. Paulo Guedes teria dito a interlocutores que não se opõe.

Falta um anúncio oficial, mas a nomeação do general emularia o papel do **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, no início do governo Michel Temer. Moreira sequer tinha cargo de ministro, era secretário-executivo do PPI, mas sua condição de braço-direito do presidente lhe garantia status político para resolver os problemas relacionados ao programa. Mourão poderia reproduzir esse desenho, com Vasconcelos e sua equipe fazendo a ponte com o mercado e atacando questões mais técnicas.

Com a concessão da Rodovia de Integração do Sul (RIS), na quinta-feira, o PPI chegou ao 105º projeto leiloadado com sucesso. Os compromissos de investimentos somam R\$ 236 bilhões.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	05/11/2018
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Vale e Emirates Steel

A Emirates Steel, maior produtora de aço dos Emirados Árabes Unidos, assinou um contrato de alto valor de quatro anos com a Vale, segundo a agência "Reuters". A Vale fornecerá pelotas de minério de ferro para a produção de aço da Emirates Steel em Abu Dhabi, disse a siderúrgica, sem fornecer o valor do negócio. A Emirates Steel tem uma demanda de pelotas de cerca de 6 milhões de toneladas por ano.

Minério em queda

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao caiu 1,7% na sexta-feira, para US\$ 73,97 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. A desvalorização foi a maior desde o fim de agosto e deixa a commodity com variação negativa de 2,3% em novembro. Para o ano, o ganho é de 1,9%. O recuo foi puxado pelo desempenho nos mercados futuros. Os contratos para janeiro do minério caíram 3,51% em Dalian, para 508,5 yuans a tonelada.

Cosan volta atrás

A Cosan cancelou a incorporação da Cosan Log, aprovada pelo conselho de administração em 24 de outubro. A operação buscava a simplificação societária do grupo e o aumento da liquidez das ações das companhias envolvidas, por meio da combinação de suas bases acionárias. Pela proposta, a Cosan se tornaria controladora direta da Rumo. A companhia afirmou que, após a divulgação do fato relevante sobre a reorganização societária, "recebeu diversos questionamentos de acionistas e investidores quanto à extensão e efetividade da simplificação proposta"

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/11/2018****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho, Camila Maia e Rodrigo Polito | Do Rio e de São Paulo****Título: Previsão de lucro de R\$ 11 bi para Petrobras**

A exemplo do balanço financeiro do segundo trimestre, quando a Petrobras reportou um lucro de R\$ 10 bilhões e garantiu o seu melhor resultado trimestral em sete anos, a companhia deve voltar a divulgar um demonstrativo sólido nesta terça-feira (dia 6) - antes da abertura da B3. Segundo média das projeções de cinco instituições consultadas pelo **Valor**, a estatal deve divulgar ganho líquido da ordem de R\$ 10,8 bilhões no terceiro trimestre, montante 40 vezes superior ao apurado em igual intervalo de 2017.

Nem todas as projeções (Itaú BBA e UBS são exemplos) consideram, no entanto, os efeitos não recorrentes do acordo assinado pela Petrobras para encerrar as investigações do Departamento de Justiça e da Securities & Exchange Commission (SEC), nos Estados Unidos, sobre falhas nos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras da Petrobras devido a fatos oriundos da Operação Lava Jato da Polícia Federal. Ao contrário dos balanços "limpos" dos últimos trimestres, a petroleira reconhecerá provisão de US\$ 853,2 milhões (estimados em R\$ 3,6 bilhões) no demonstrativo financeiro de julho a setembro.

Nem mesmo o acordo bilionário, contudo, impedirá a empresa de divulgar seu terceiro lucro trimestral consecutivo. Com isso, a expectativa é que a Petrobras volte a pagar dividendos trimestrais. Neste ano, a empresa já distribuiu R\$ 1,3 bilhão em juros sobre capital próprio, relativos aos três primeiros meses do ano.

Com base na média das estimativas colhidas pelo **Valor**, a receita líquida da petroleira deve crescer 29% e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, sigla em inglês) deve apresentar alta de 81% no trimestre.

O UBS destaca que as receitas da companhia foram impactadas positivamente pela alta da cotação do barril do petróleo no mercado internacional e pelo câmbio mais favorável. Além disso, o banco lembra que o terceiro trimestre é tradicionalmente mais forte na indústria de óleo e gás.

Esses fatores ajudarão a compensar a queda da produção da Petrobras. Ao todo, o volume de óleo e gás produzido pela empresa no terceiro trimestre (2,512 milhões de barris diários de óleo equivalente) caiu 8,5% ante igual período do ano passado, devido às paralisações das plataformas Cidade de

Angra dos Reis, Cidade de Maricá, P-25 e P-31. A conclusão da venda de 25% do campo de Roncador, na Bacia de Campos, para a Equinor, também puxou a produção para baixo.

O Itaú BBA destaca que, no setor de abastecimento, a expectativa é que a Petrobras recupere mercado, devido ao declínio das importações de derivados por terceiros. De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), as importações de diesel zeraram nos últimos meses entre suas nove associadas.

O banco estima ainda que a Petrobras tenha ampliado suas importações próprias e que as refinarias tenham operado no trimestre passado a uma taxa média de utilização de 80%. O índice poderia ser maior, não fosse o incêndio ocorrido na Replan, a maior refinaria do país, que está rodando com metade de sua capacidade desde a explosão de agosto.

O UBS, por sua vez, destaca que o acidente na Replan deverá representar, no balanço, custos adicionais, já que a Petrobras foi induzida a importar mais combustíveis.

O Santander observa que o terceiro trimestre também marca a estreia da adoção do hedge para os preços da gasolina, mecanismo pelo qual a companhia pode manter os preços congelados nas suas refinarias por até 15 dias sem incorrer eventualmente em perdas. Segundo o banco, apesar da queda da frequência dos reajustes, o Ebitda da petroleira deve saltar 62% ante igual período de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Petrobras vai lançar edital para arrendar fábricas até janeiro

A Petrobras vai lançar até janeiro um edital de arrendamento das fábricas de fertilizantes nitrogenados localizadas na Bahia e em Sergipe, o que poderá evitar o fechamento definitivo das unidades, apurou o **Valor**. O prazo foi acertado com os governos estaduais e federações de indústrias, que tentam evitar o desligamento das fábricas agora previsto para 31 de janeiro. Empresas químicas nos dois estados utilizam como matéria-prima amônia e gás carbônico produzidos pelas Fafens.

Ao mesmo tempo, a estatal segue trabalhando em conjunto com clientes para garantir o acesso aos insumos a partir de outras regiões do país ou do exterior, caso a única alternativa seja parar as unidades. Na Bahia, a expectativa é que os ajustes necessários para importação de 100% das necessidades de amônia estejam concluídos até o fim de janeiro. Para o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), porém, o tempo é apertado e o polo, onde estão instaladas empresas como Braskem, Oxiten e Unigel, defende que a hibernação ocorra somente em 2020.

"O prazo é apertado. Dezoito meses a partir de outubro seria um prazo razoável", diz o superintendente geral do Cofic, Mauro Guimarães Pereira. A notícia de que a Petrobras avalia arrendar as Fafens surpreendeu, de acordo com o superintendente, mas não está claro se o processo seguirá adiante ou como vai ocorrer. "Conhecemos a ideia, mas não os detalhes", diz. Segundo fontes do setor, a possibilidade de arrendamento foi levantada há poucos dias e a estatal precisará de algumas semanas para trabalhar no edital.

Em comunicado da última terça-feira, sobre nova prorrogação para hibernação das unidades, a Petrobras informou era preciso mais tempo para a "conclusão da análise das alternativas", entre as quais um "possível processo de arrendamento das fábricas a terceiros". Conforme uma fonte, como a sugestão foi apresentada recentemente, o processo ainda é embrionário e não há potenciais interessados mapeados.

O plano de hibernação das duas fábricas foi anunciado inicialmente em março e seria consumado até o fim do primeiro semestre. Diante do pedido dos governos estaduais e indústria para que houvesse mais tempo para a adoção de medidas alternativas, que garantam o suprimento de matérias-primas à indústria local, a data de hibernação foi postergada para 31 de outubro. Agora, a Petrobras estabeleceu mais três meses de prorrogação.

Na avaliação do presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fernando Figueiredo, a decisão de fechar as fábricas de fertilizantes é absurda, uma vez que o Brasil é importador desses insumos e o prazo de três meses é curto para que se chegue a uma solução efetiva. "Mas a decisão de adiar é acertada e a Petrobras indicou que não faria nada abruptamente", ponderou.

Procurada, a estatal informou em nota que "está envidando todos os esforços na busca por uma solução para as fábricas de fertilizantes na Bahia e em Sergipe, junto com o grupo de trabalho integrado pelos governos e federações da indústria dos dois estados". "Há iniciativas de ordem tributária e logística em estudo, dentre outras. Como a companhia já anunciou, verifica-se também a possibilidade de arrendamento", acrescentou.

A decisão de desligar as unidades levou a companhia a reconhecer uma baixa de ativos ("impairment") de R\$ 1,3 bilhão no balanço de 2017. Naquele ano, as duas Fafens tiveram prejuízo de cerca de R\$ 800 milhões.

Conforme Pereira, a indústria respeita a decisão empresarial da Petrobras, mas gostaria de uma solução mais adequada para o suprimento de amônia, que é fornecida continuamente por meio de dutos que saem da Fafen-BA. Após investimentos realizados pela estatal para reversão de dutos que eram usados para eventuais exportações do produto, já é possível importar o equivalente a 60% da demanda.

Agora, conforme Pereira, Petrobras e empresas tentam chegar a um acordo sobre os investimentos para implantação de um sistema de aquecimento que possibilite importações mais robustas de amônia, chegando a 100% das necessidades. "Há algumas opções, mas não existe um documento formal sobre esse projeto", diz o superintendente do Cofic. "Ainda estamos negociando quanto cada um terá de investir". Enquanto a capacidade de recebimento de amônia importada não é ampliada, a saída é levar o produto do Estado de São Paulo para a Bahia por rodovia. Além de encarecer o custo final, o fator segurança joga contra essa alternativa, diz Pereira.

MME / ASCOM .